



LIMA, Raquel. Ouvidoria investiga gastos com limpeza. Correio Popular, Campinas, 16 jan. 2003.

Ouvidoria investiga gastos com limpeza

A Ouvidoria da Prefeitura de Campinas e a Câmara Municipal investigam possíveis irregularidades no aumento de até 150% dos gastos da Administração pública com o Consórcio Ecocamp, responsável pela limpeza pública urbana da cidade. O alvo da investigação são as despesas acima da média da Prefeitura para o tratamento do aterro sanitário Delta 1 e que foram autorizadas por um diretor do Departamento de Limpeza Urbana (DLU) que ainda não havia sido nomeado pela prefeita Izalene Tieni (PT), conforme antecipou o **Correio** no último dia 9.

O aumento das despesas com o aterro foi autorizado em 28 de fevereiro do ano passado por meio da Ordem de Serviço nº 27, assinada pelo engenheiro Waldir Bizzo, na condição de diretor do DLU. No entanto, o

diretor naquela data era Dirceu Pereira Júnior, que foi exonerado apenas em 30 de março do mesmo ano. Bizzo foi nomeado em 1º de abril.

De acordo com dados confirmados pela assessoria da Prefeitura de Campinas, o gasto médio mensal pago ao Consórcio Ecocamp para tratar do Delta 1 em 2001 era de R\$ 260 mil. No entanto, nos dois primeiros meses de 2002, foram pagos R\$ 480 mil e R\$ 430 mil. Em março, o pagamento chegou a R\$ 530 mil. No mês seguinte, a despesa foi de R\$ 650 mil. Em maio, último mês da autorização de Bizzo, o gasto foi de R\$ 530 mil, mas, em junho, o valor também foi superior à média de 2001: R\$ 580 mil.

A ouvidora de Campinas, Doraci Alves Lopes, afirmou que encaminhou ontem um ofício à Prefeitura pedindo infor-

mações sobre o caso. O pedido foi motivado pelo requerimento encaminhado à Ouvidoria pelo vereador Romeu Santini (PSDB). As respostas do Executivo devem ficar prontas no prazo de 10 dias. "Se as respostas não forem satisfatórias, a Ouvidoria pode levar o caso ao Ministério Público", disse Doraci.

"Se a irregularidade for comprovada, primeiro a Prefeitura de Campinas cometeu infração de falsidade. Além disso, com a ilegalidade, a Ordem de Serviço não tem valor e, por isso, o dinheiro tem de ser devolvido", afirmou Santini. "Caso a ilegalidade tenha existido e a Ouvidoria não tomar as devidas providências, a Câmara vai tomar", disse.

OUTRO LADO

A Prefeitura de Campinas informou ontem, por meio da

assessoria de Imprensa, que o aumento das despesas ocorreu porque o aterro "voltou a funcionar dentro das exigências da Cetesb (*Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental*)". Segundo a Prefeitura, a nota da Cetesb em relação ao aterro subiu de 6,6 para 8,2. Bizzo e o secretário de Serviços Públicos, Ronaldo Hipólito, informaram, por meio da assessoria, que não iriam se manifestar. "As explicações serão dadas ao requerimento da Câmara", segundo a assessoria.

A reportagem tentou, na tarde de ontem, entre 15h e 16h, fazer contato com os responsáveis pelo Consórcio Ecocamp para falar sobre as despesas com o aterro, no entanto, ninguém atendeu o telefone da empresa. (Raquel Lima/Do **Correio Popular**)